



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680214 - SP (2021/0219584-0)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PEDRO NAVES MAGALHAES - SP305727
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REINALDO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (PRESO)
OUTRO NOME : REINALDO PEREIRA DA SILVA JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REINALDO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0000019-29.2019.8.26.0555).

O paciente foi condenado à pena de 8 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão em regime fechado, como incurso nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, e 333, *caput*, do Código Penal.

A impetrante sustenta que os policiais teriam invadido a residência dos pacientes sem que houvesse situação de emergência e sem prévia ordem judicial, o que ensejaria a ilegalidade do flagrante e a consequente nulidade das provas que fundamentaram a condenação do acusado.

Requer, liminarmente, que o paciente possa aguardar em liberdade até o julgamento final deste *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reconhecida a nulidade das provas obtidas em virtude da violação do domicílio e consequentemente absolvido o paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente